

ATA 10/2020 REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS E FEDERATIVAS - CMRIF. Ao nono dia de outubro de dois mil e vinte, às

quatorze horas e trinta minutos, reuniram-se virtualmente, via Plataforma Zoom, **os seguintes conselheiros:** Maurino Vieira Júnior (Titular/Fundação Cultural); Luiz Estanislau Piekarczyewcz (Titular/FME); Luiz Carlos Décimo Fonseca (Suplente/FME); Valdir Lewandowski (Titular/Turismo e Desenvolvimento Econômico); Luciana Vargas (Suplente/Turismo e Desenvolvimento Econômico), Paulo Roberto Ferreira (Suplente/ERI); Ricardo Bruno Boff (Suplente/Curso de RI); Luciene Cristine Vieira (Titular/CDL); Alessan Bruna Radaelli (Suplente/CDL); Maria Goreti Sbeghen (Titular/ROTARY CLUB BC); Gustavo Sily Kogure (Titular/UDESC), Maria Pissaia (Titular/ACIBALC); Fernando Assanti (Suplente/ACILBAC). **Contando com a presença de outros representantes:** Yasmin Lenz (UFSC); Mariana Schlikimann (UDESC); Osmundo Moysa Saraiva Jr (Fundação Cultural); André Meirinho (Vereador); Luiz Mazarollo (Visitante); Jaína Atanásio (Visitante); Servio Avelleda (Centro WRI Ross para Cidades Sustentáveis); Fernando Baumann, (convidado - cicloativista). Após, cumprimenta os presentes e segue à discussão da Pauta: **Item 1.** Diálogo com Sergio Avelleda. Maria Goretti apresenta para Avelleda os problemas crônicos de mobilidade urbana de Balneário Camboriú e região. Aproveita para destacar a presença do prof. Osmundo e de seus alunos de ensino médio. A conselheira Luciene faz a leitura do currículo do convidado. Avelleda inicia sua apresentação falando da tendência à urbanização devido à busca de oportunidades e convivência com outras pessoas. No entanto, aponta os problemas da urbanização descoordenada e os problemas decorrentes, tais como acesso a água e energia. Portanto, destaca a falta de planejamento urbano como um problema crônico das cidades, que gera engarrafamentos, acidentes, etc., problemas estes que são a expressão da ausência de planejamento. Aponta a questão de as pessoas viverem longe do trabalho e depender do transporte de carros, diante da competição das empresas fabricantes de carros contra o transporte público. No entanto, na pandemia, percebeu-se que a proibição do transporte público, em alguns casos, inviabiliza o funcionamento de muitas atividades, pois o trabalhador não consegue chegar ao trabalho, mostrando sua importância. Ao mesmo tempo, aponta a crise do transporte público, que já vinha de antes da pandemia mas que, com as paralizações, piorou, frente ao custo de manutenção do capital fixo. Isso exige coordenação dos três entes federativos. Afirma que o setor gera mais empregos e impacta menos o clima. Além disso, o colapso no transporte público gera transporte informal, de qualidade duvidosa, sem controles e risco de gerência por organizações criminosas. Aponta que a volta das atividades pós-pandemia deve acontecer mais rapidamente do que a volta ao transporte público, pois há medo por parte dos usuários. Defende a volta total do transporte, com os devidos cuidados protocolares. Defende que não apenas a tarifa, mas o subsídio ao transporte público, devem ser questões fundamentais. Ainda mais em tempos de pandemia, quando as fontes reduziram, exigindo-se novas fontes de financiamento – por exemplo, tarifas para o uso de ruas por carros. Traz uma série de benefícios decorrentes do uso de bens públicos, como o transporte, apontado as externalidades positivas que decorrem deste uso. Ou seja, subsídios públicos decorrentes de taxas individuais trazem externalidade positivas a toda a coletividade. Além disso, aponta como há subsídios ao transporte individual, beneficiando quem tem carro, mas não há sobre o transporte coletivo, o que afinal de contas faz com que o usuário de transporte coletivo financie o usuário de transporte

público. Além disso, mostra como os carros ocupam muito mais espaço do que os ônibus, o que justifica o uso do transporte coletivo, citando o prefeito de Bogotá, Colômbia. Ao final, aponta como os acidentes de trânsito são a maior causa de mortes de jovens no mundo, afirmando como no Brasil causa danos no PIB, sem falar das mortes exageradas e naturalizadas, onde estão ausentes as políticas públicas. Além disso, quando ocorre acidente, se joga a culpa no agente, jamais no sistema. Defende a adoção do “morte zero” em um “sistema seguro”, citando o exemplo da Suécia. Critica também a ideia da indústria da multa, dizendo que o radar não é o problema, mas sim o desrespeito à lei. Aponta algumas possíveis políticas, dentre as quais até plantar árvores nas ruas para reduzir a velocidade. Maria Goretti agradece a fala e passa às perguntas. O conselheiro Ricardo pergunta sobre os lobbys da indústria automobilística e da construção civil e da questão ideológica da ultraindividualização. O conselheiro afirma que o lobby é algo comum em sociedades democráticas, mas dá o exemplo de como a organização da sociedade civil de fins não-lucrativos é importante para barrar os excessos das pressões dos setores privados; afirma que a pressão para manter ciclovias em São Paulo deu certo, porém não há a mesma organização para a defesa do transporte público; fala sobre a BR 470 e defende as ferrovias, lembrando como o Brasil fechou suas ferrovias em prol das rodovias, apontando o custo do transporte rodoviário centrado em caminhões, sem falar no risco. A conselheira Luciene pergunta sobre os melhores meios alternativos, especialmente as bicicletas, então o convidado traz os benefícios da bicicleta, citando suas externalidades positivas, inclusive com subsídios ao uso, citando o exemplo da França. O vereador Meirinho pergunta como integrar a região onde se encontra Balneário Camboriú, composta por nove municípios, a fim de pensar coletivamente. Avelleda afirma que isso é fundamental. Cita alguns exemplos de integração urbana e do interesse de que a divisão intermunicipal gere, por exemplo, compra de motos. Além da competição entre linhas municipais e intermunicipais, o que se liga a disputa de poder entre municípios, vê a crise como oportunidade de criar uma “autoridade metropolitana”. Conselheiro Gustavo pergunta sobre faixas exclusivas para ônibus. Elogia gestão da região, citando a presença da deputada Paulinha e do prefeito de Itajaí em uma reunião do Banco Mundial em Nova York. Fala do “urbanismo tático” – rápido e barato, que pode gerar resistência, mas que é fácil de moldar e consolidar se der certo. Por exemplo, fazer ciclovias ou faixas exclusivas para ônibus ou pedestres que temporárias que, se derem certo, se tornam definitivas. Sérgio, representante dos ciclistas de BC, pergunta sobre o problema da falta de interligação dos planos de mobilidade entre os municípios da região. Volta a defender a questão da mobilização da sociedade civil, da resistência inicial das pessoas e a necessidade de não desanimar diante dos reveses, mostrando como a resistência organizada deu certo em São Paulo e pode dar certo em outros lugares. Cita por exemplo que mostrou como retirar ciclovias pode causar morte nos ciclistas e trazer responsabilidades aos agentes públicos, assim deve-se seduzir as pessoas às causas – tais como a ciclovia. Conselheiro Paulo comenta sobre as externalidades e faz uma pergunta sobre assimetria de riscos e de informação e de distribuição diferente de riscos na sociedade. Lembra que Haddad não teve lucros políticos na decisão pois existem dificuldades práticas ao decisor. Avelleda concorda com Paulo e afirma que Haddad talvez perdeu devido às decisões políticas tomadas. Defende que o planejamento deve ser bom e a qualidade do projeto também, mas trazer engajamento social. Porém, Haddad falhou ao não negociar com a sociedade ao não dialogar antes e de certo modo impor. Então, fala da necessidade de integração dos modais e de

como é preciso ouvir os comerciantes, as pessoas, e de oferecer soluções conjuntas mais amplas. Mostra que, ao decidir fazendo audiência pública e dialogando, os resultados podem ser melhores. Goreti diz que gostou muito da conversa e o convidado afirma que pretende aparecer pessoalmente para uma conversa. Luciene faz um agradecimento geral e a presidente encaminha os agradecimentos e o final da reunião. Sem mais a ser tratado, é dada por encerrada a reunião e eu, Ricardo Bruno Boff, lavro a presente ata para a devida publicação onde os presentes nesta reunião virtual serão nomeados ao final da mesma, dando legalidade ao conteúdo expresso, eximindo a assinatura física, publique-se, archive-se.

Maurino Vieira Júnior (Titular/Fundação Cultural);

Luiz Estanislau Piekarczyk (Titular/FME);

Luiz Carlos Décimo Fonseca (Suplente/FME);

Valdir Lewandowski (Titular/Turismo e Desenvolvimento Econômico);

Luciana Vargas (Suplente/Turismo e Desenvolvimento Econômico);

Paulo Roberto Ferreira (Suplente/ERI);

Ricardo Bruno Boff (Suplente/Curso de RI);

Luciene Cristine Vieira (Titular/CDL);

Alessandra Bruna Radaelli (Suplente/CDL);

Maria Goreti Sbeghen (Titular/ROTARY CLUB BC);

Gustavo Sily Kogure (Titular/UDESC),

Maria Pissaia (Titular/ACIBALC);

Fernando Assanti (Suplente/ACILBAC).

Yasmin Lenz (UFSC);

Mariana Schlikimann (UDESC);

Osmundo Moysa Saraiva Jr (Fundação Cultural);

André Meirinho (Vereador);

Luiz Mazarollo (Visitante);

Jaína Atanásio (Visitante);

Servio Avelleda (Centro WRI Ross para Cidades Sustentáveis);

Fernando Baumann, (convidado - cicloativista).